


## Decifrar o enigma: o papel da filosofia em Kant e Schopenhauer

Rafael Gomes N. Pereira<sup>1</sup>  
PPGSOL/UnB  

<https://dx.doi.org/10.5209/kant.95766>

Recibido: 01-05-2024 • Aceptado: 05-10-2024

**PT Resumo:** O presente ensaio tem por objetivo analisar o papel da filosofia a partir da interlocução entre Immanuel Kant e Arthur Schopenhauer. Considerando a relação intelectual entre ambos, ensejamos percorrer a relevância e o papel do conhecimento filosófico em cada um dos autores, buscando pontos de aproximação e de afastamentos diante do papel que a filosofia deveria cumprir na ordenação do intelecto. Por parte de Kant, argumentamos sobre a filosofia como o caminho propedêutico para o controle da razão pura, apresentando ao indivíduo os limites e as possibilidades do conhecimento racional. Por parte de Schopenhauer, nosso intuito foi o de sugerir que, para além da racionalidade, existiria uma instância metafísica marcada pela Vontade como algo irracional, sendo responsabilidade da filosofia a contemplação dessa mesma Vontade pela Ideia.

**Palavras-chave:** Kant, Schopenhauer, Filosofia, Educação.

## ENG Deciphering the enigma: the role of Philosophy in Kant and Schopenhauer

**Abstract:** The aim of this essay is to analyze the role of philosophy based on the interplay between Immanuel Kant and Arthur Schopenhauer. Considering the intellectual connection between these philosophers, we intend to look at the relevance and the importance of philosophical knowledge for each of them, searching for alignments and differences concerning the role that philosophy should play in structuring the intellect. On Kant's theories, we argue that philosophy is the preliminary path to control of pure reason, presenting the individuals the limits and possibilities of rational knowledge. On Schopenhauer's side, our intention was to suggest that, beyond rationality, there would be a metaphysical instance marked by the Will as something irrational, and that philosophy would be responsible for contemplating this same Will through the Idea.

**Keywords:** Kant, Schopenhauer, Philosophy, Education

**Resumo:** 1. Introdução. 2. A forma da razão e a razão da forma: a filosofia como caminho para a liberdade do intelecto. 3. Para além do véu: a metafísica da Vontade em Schopenhauer. 4. O absurdo da existência: a consolação filosófica do desespero. 5. Referências bibliográficas.

**Cómo citar:** Pereira, R. (2024), Decifrar o enigma: o papel da filosofia em Kant e Schopenhauer. *Con-Textos Kantianos* 20, 259-268. <https://dx.doi.org/10.5209/kant.95766>

### 1. Introdução

Desde a publicação de sua obra “O Mundo como Vontade e Representação”, em 1818, Arthur Schopenhauer circunscreveu, de forma definitiva, seu pensamento na esteira da filosofia transcendental. No que tangenciava a relação entre o sujeito e objeto, a modificação desencadeada por Kant diante do seu escrito “Crítica da Razão Pura”, cuja primeira edição é de 1781, forneceu a abertura para Schopenhauer (2005, p. 43) colocar em seus próprios termos seu ponto de partida epistemológico: “O mundo é minha representação”, sendo que todo o conhecimento produzido nada mais seria do que um conjunto de impressões geridas por uma consciência refletida. Por mais que tenha concordado com o ponto de partida de Kant, a filosofia de Schopenhauer se inquietava diante da impossibilidade do criticismo de lidar de forma devida com a questão da coisa-em-si. A coisa-em-si, na perspectiva de Schopenhauer, nada mais seria que a Vontade,

<sup>1</sup> Doutorando em Sociologia pela Universidade de Brasília (PPGSOL/UnB) e bolsista CNPq. Agradecemos aos pareceristas pelos valiosos comentários que auxiliaram no desenvolvimento da argumentação apresentada.

uma força incessante de querer, e a origem de toda a insatisfação humana diante da existência. Além das semelhanças, Kant e Schopenhauer possuíam pontos de afastamento consideráveis e que implicaram na tomada de caminhos distintos. Diante de seus respectivos itinerários, é possível identificar como ambos os autores conceberem o papel da filosofia a partir de definições particulares. Levando isso em consideração, o presente ensaio tem por objetivo compreender como Kant e Schopenhauer estabeleceram a função da atividade filosófica diante da elaboração de suas próprias filosofias. Para esquadrihar nosso objetivo, o ensaio foi dividido em três partes para além desta introdução.

Na seção intitulada “A forma da razão e a razão da forma: a filosofia como caminho para a liberdade do intelecto”, nossa argumentação se concentrou em torno do papel da filosofia em Kant a partir de seu texto “Conflito das Faculdades”. Publicados em 1798, os textos que compuseram essa obra demarcavam uma incisiva defesa pela liberdade de reflexão da “Faculdade Inferior”, responsável por abrigar a filosofia, e que, por isso, era de fundamental importância para a organização do intelecto humano. Diante da centralização do poder desencadeada pelo rei Frederico Guilherme II, Kant passou a defender a necessidade da filosofia para que o indivíduo atingisse a maioria intelectual, pois ela era o conhecimento propedêutico para o bem conduzir da racionalidade. Para Kant, a filosofia era a demarcação dos limites do intelecto e a compreensão de como os juízos eram formulados, priorizando o conhecimento lógico em detrimento da metafísica.

Já na seção seguinte, cujo título é “Para além do véu: a metafísica da Vontade em Schopenhauer”, argumentamos sobre o papel da filosofia em Schopenhauer a partir do resgate da metafísica. Diante do conceito de Vontade, Schopenhauer se afastou da racionalidade arquitetônica de Kant proposta na “Crítica da Razão Pura” e pontuou a metafísica como uma necessidade humana diante do absurdo da existência. Por último, na seção chamada “O absurdo da existência: a consolação filosófica do desespero”, propomos uma brevíssima conclusão para nossa argumentação. Nosso intuito consiste em pensar o papel específico definido para a filosofia em Kant e Schopenhauer, estabelecendo os possíveis afastamentos e aproximações entre ambos. Ao que nos parece, a incumbência do conhecimento filosófico foi definida por Kant e Schopenhauer a partir da compreensão da metafísica que cada um deles carregou.

## **2. A forma da razão e a razão da forma: a filosofia como caminho para a liberdade do intelecto**

Em 1798, Kant publicou seu texto intitulado “Conflito das Faculdades” em um contexto histórico bastante turbulento na Prússia. Na ocasião, a ascensão do rei Frederico Guilherme II garantia uma centralização política de maneira mais rígida, que intensificou a censura diante de alguns intelectuais. O próprio Kant foi alvo dessa censura, em 1793, por ocasião da publicação do livro intitulado “A Religião nos Limites da Simples Razão”. Ao que tudo indica, a obra foi acusada de “degradar muitas das mais importantes e fundamentais doutrinas das Escrituras Sagradas e da Cristandade” (SF AA 07; 43). Com a censura imposta pelo Édito de Religião, estabelecido pelo governo prussiano em 1788, além da censura a um conjunto de publicações dentre as quais o texto de Kant estava inserido, a independência da Faculdade de Filosofia<sup>2</sup> começou a ser limitada e as atividades acadêmicas mais restritas no quesito liberdade intelectual. Se as Faculdades Superiores, sendo elas a Faculdade de Direito, a de Medicina e a de Teologia, tinham o intuito de formarem indivíduos voltados para a administração do Estado a partir das doutrinas oficiais do governo, a Faculdade Inferior constituía-se como o espaço de reflexão organizado a partir da racionalidade. Diante dessa estrutura, a Faculdade Inferior preparava os estudantes para passarem a lidar com as Faculdades Superiores, fornecendo os elementos propedêuticos necessários para o prosseguimento intelectual da formação dos estudantes que ali estavam. Segundo Kant,

Vê-se claramente que a classe erudita não foi consultada sobre esta divisão de nomenclatura, mas sim o governo. Tal se deve a que entre as superiores contam-se apenas aquelas por cujas doutrinas o próprio governo se interessa, se devem ser constituídas de tal ou qual modo ou se devem ser expostas publicamente; em sentido contrário, aquela que se ocupa apenas do interessa da ciência é chamada de inferior, pois pode fazer com suas proposições o que acha melhor (SF AA 07; 51).

A Faculdade de Filosofia usufruía de uma certa liberdade de pensamento e possibilitava que seus professores exercessem a livre e crítica reflexão, mesmo quando as bases de alguns cursos ministrados eram manuais oficiais determinados pelo governo prussiano. Assim, era necessário que a faculdade inferior fosse “independente do governo quanto às suas doutrinas”, possuindo a liberdade de “ajuizar sobre tudo o que tenha a ver com o interesse científico” (SF AA 07; 52). Mesmo que fosse intitulada como inferior, a Faculdade de Filosofia possuía a grande vantagem de portar uma liberdade que lhe possibilitava o aprofundamento em discussões que eram ausentes nas faculdades superiores, pela necessidade de se formarem servos voltados para administração pública. De um lado, estava a Faculdade de Filosofia, que era vocacionada para o livre exercer do pensamento crítico; do outro, as Faculdades Superiores, que tinham por vocação a formação de um sólido corpo político direcionado pela doutrina oficial do Estado. Diante da censura praticada contra seu texto, Kant identificou um movimento de cerceamento imposto à Faculdade de Filosofia e às suas

<sup>2</sup> Os grifos iniciais que se encontram maiúsculos foram assim mantidos por ser a forma utilizada por Kant (2021). A ideia ao mantê-los é garantir a precisão argumentativa.

respectivas produções intelectuais. É daí que nasceu a sistematização da obra “Conflito das Faculdades”<sup>3</sup>: a diminuição do espaço de discussão e da independência do pensamento demandou de Kant pensar o papel da Faculdade de Filosofia e da própria essência filosófica. Se a Faculdade Inferior tinha por compromisso a verdade, isso estava diretamente associado à própria tarefa da filosofia de dedicar-se à racionalidade em sua forma pura:

Ora, a capacidade de julgar segundo a autonomia, i.e., livremente (conforme os princípios do pensar em geral), denomina-se razão. Assim, a Faculdade de Filosofia, porque deve defender a verdades das doutrinas que ela admite ou mesmo apenas concede, deve ser concebida, na medida em que é livre, como aquela que esta somente sob a legislação da razão, mas não sob a do governo (SF AA 07; 59).

A querela discutida por Kant ultrapassava a disputa circunscrita entre as Faculdades Superiores e a Faculdade Inferior, direcionando a discussão para o objetivo do conhecimento filosófico. De uma certa forma, a dissertação de 1798 manteve a problemática central do papel da filosofia desenvolvido na resposta de Kant ao problema do Esclarecimento, que veio a público em 1783. No manuscrito publicado em resposta à pergunta ao germânico *Berlinische Monatschrift*, Kant ofereceu uma resposta para a questão “O que é o Esclarecimento”, ocasião em que encontramos a seguinte posição: “Para este esclarecimento [Aufklärung] porém nada mais se exige senão a liberdade. E a mais inofensiva entre tudo aquilo que se possa chamar liberdade, a saber: a de fazer um *uso público* de sua razão em todas as questões” (WA AA 08; 104). Se a razão era o caminho que permitia ao indivíduo “fazer uso de seu próprio entendimento”, caberia à Faculdade Inferior auxiliar com os movimentos iniciais para que os fundamentos da razão em sua forma pura pudessem ser alcançados de forma sincera pelos indivíduos (WA AA 08; 10). Ora, cabe lembrar que Kant definiu o “entendimento” como a faculdade de pensar o objeto da intuição sensível, de forma que, com a “Crítica da Razão Pura”, o “entendimento” foi inicialmente “apresentado como uma faculdade de conhecimento não sensível e a intuição limitada ao âmbito do sensível, de tal modo que o entendimento já não pode ser entendido como uma faculdade intuitiva” (Beckenkamp 2011, p. 109).

A partir disso, duas questões podem ser depreendidas. Primeiramente, identificamos como a filosofia possuía um papel central no bem conduzir do intelecto, sendo ela necessária para que todas as formulações enfrentassem o tribunal da verdade<sup>4</sup>. Assim, a filosofia não se destinava a nenhum campo do conhecimento em específico, pois era conhecimento em sua forma pura e deveria proporcionar os critérios necessários para garantir a verdade de todos os juízos diante do intelecto (WA AA 08; 36). Isso não poderia deixar de nos direcionar para um dos pontos centrais da “Crítica da Razão Pura”, especialmente na parte referente à Analítica Transcendental<sup>5</sup>, em que o papel da filosofia transcendental foi posto em termos claros. Em determinada passagem, Kant afirmou:

A filosofia transcendental é a ideia de uma ciência para a qual a crítica da razão pura deve traçar um plano completo arquitetonicamente, i.e., a partir de princípios, com total garantia de completude e segurança em todas as peças que constituem esse edifício. Ela é o sistema de todos os princípios da razão pura (KrV; 61).

A filosofia era o próprio edifício do intelecto, sendo responsável por determinar as bases e princípios da razão em sua forma pura, o que estava em completa sintonia com a afirmação feita por Kant (WA AA 08; 39) na dissertação de 1798, ao definir que caberia à filosofia “o poder de julgar com autonomia, i.e., livremente”, obedecendo aos “princípios do pensar em geral” e respondendo pela verdade das doutrinas. Ao contrário do nome que teria recebido, a filosofia não estava inserida na Faculdade Inferior por se encontrar em uma posição reduzida diante do conhecimento humano, mas, ao contrário, era a condição necessária para a investigação de qualquer objeto apreendido pela sensibilidade, à medida que ela era o “atestado de validade relativo à origem pura e legítima” de qualquer juízo que se pretenda verdadeiro (KrV; 122). Por isso a Faculdade de Filosofia deveria ser livre e independente do governo prussiano:

Importante absolutamente que, na universidade, se dê ainda à comunidade erudita uma Faculdade que, independente das ordens do governo quanto às doutrinas, que tenha a liberdade, não de proferir ordens, mas, pelo menos, de julgar todas as que têm a ver com o interesse científico, i.e., com o da verdade, em que a razão deve estar autorizada a publicamente falar (WA AA 08; 30).

Se a filosofia era a crítica da razão em sua forma pura, a Faculdade Inferior deveria analisar toda e qualquer doutrina para garantir sua veracidade e a coerência de todos os juízos. Somente assim, intelectuais e eruditos estariam preparados para conduzir os indivíduos do uso privado da razão para seu uso público<sup>6</sup>.

<sup>3</sup> Cabe lembrar que a obra em si foi composta por três textos produzidos em momentos distintos. Segundo Kant (2021, p. 47, grifos do autor): “Sob o título geral ‘Conflitos das Faculdades’ publicam-se aqui três dissertações redigidas por mim com intenções diferentes e, também, em tempos diferentes, mas, ainda assim, apropriadas para a unidade sistemática de sua conjunção e uma obra [...]”.

<sup>4</sup> Adriano Perin e Joel Thiago Klein (2009) recordaram que, “No período tardio de seu pensamento”, Kant desenvolveu “o conceito de filosofia em quatro fragmentos”. Ao fazerem este levantamento, os autores indicaram o desenrolar dessa problemática no pensamento kantiano a partir da elaboração de suas obras.

<sup>5</sup> “Crítica da Razão Pura” foi publicado em 1781. No que concernia à sua divisão, Edegar Fronza Júnior (2016, p. 16) firmou: “Na Crítica da Razão Pura, a noção de existência aparece em duas partes da Lógica Transcendental. Primeiro na Analítica Transcendental, na explicação da modalidade dos juízos e, depois, na Dialética Transcendental, na parte que Kant dedicou à refutação das provas para a existência de Deus”.

<sup>6</sup> Trataremos dessa definição mais adiante, de forma mais detida.

Os interesses direcionados para a vida política deveriam se concentrar nas Faculdades Superiores, pois essas eram destinadas a obedecer, e não raciocinar. No caso da Faculdade Inferior, sua existência deveria pautar-se na “concessão de plena liberdade de um exame público”, já que seu limite era o próprio limite do intelecto (WA AA 08; 46).

A partir daqui, não poderíamos deixar de notar a proximidade desse argumento com o que foi retomado por Arthur Schopenhauer. Nos parece que, para ambos, o papel da filosofia estava diretamente atrelado à possibilidade de compreensão dos limites do intelecto em sua forma pura e da correta ordenação dos juízos, uma preocupação que percorreu os interesses de Schopenhauer desde a obra “Parerga e Paralipomena”, especialmente na parte intitulada “Sobre a Filosofia Universitária”. Ao percorrermos as páginas, identificamos a tentativa de Schopenhauer de estabelecer a distinção entre a verdadeira filosofia, movida pelos críticos da razão, e uma falsa filosofia, composta por aqueles que se voltavam para interesses meramente pessoais e para anteder aos interesses do Estado.

Jarlee Oliveira Salviano (2004, p. 89) percebeu uma certa linha de continuidade entre Kant e Schopenhauer, quando afirmou que o texto de 1851<sup>7</sup> deveria ser compreendido a partir das afirmações kantianas postas em “O Conflito das Faculdades”. Referimo-nos a duas afirmações, em especial, sendo a primeira sobre o fato de a Faculdade Inferior existir como o “espaço da crítica e da liberdade de pensamento que seriam salvaguardadas em relação às imposições do Estado”, e, no caso da segunda, “à distinção entre o uso público e o uso privado da razão” (Salviano 2004, p. 89). Tal proximidade ocasionou um ponto de aproximação entre Kant e Schopenhauer, mas também constituiu um afastamento no que concernia ao otimismo da filosofia kantiana vinculada ao Esclarecimento<sup>8</sup>. Começando pela semelhança, Schopenhauer caminhou em sentido próximo ao papel que a filosofia desempenharia, o de uma ciência do conhecimento geral, concentrando-se na pergunta fundamental acerca da essência do mundo.

A filosofia tinha como finalidade pensar as particularidades a partir de uma perspectiva geral, delimitando como é possível “pensar qualquer tipo de representação, abstrata ou intuitiva”, tomando como ponto de partida os princípios da razão suficiente (Schopenhauer 2005, p. 43). De certa forma, a filosofia deveria atuar como uma espécie de passagem do entendimento à razão, fornecendo os elementos necessários para o estabelecimento da relação entre essas duas instâncias do movimento do intelecto que, a partir do sujeito, produziram as representações abstratas acerca dos objetos que nos cercam. Caberia à filosofia estabelecer como “aplicar e usar apropriadamente nossa razão”, consistindo justamente em “conhecermos o particular mediante o universal” (Schopenhauer 2005, p. 604). Se o sujeito é o ponto de partida do conhecimento — e aqui Schopenhauer acompanhou Kant no pressuposto de um sujeito transcendental produtor da “unidade da consciência” (KrV; 316) —, era de responsabilidade da filosofia explicar as formas de operação do intelecto. Passemos, agora, para a diferença entre Kant e Schopenhauer a partir de uma passagem que pode ser encontrada em “O Mundo como Vontade e Representação”:

Contudo, por meio de tais conceitos, nos quais a filosofia fixa a essência do mundo, tanto o inteiramente particular quanto o universal têm de ser conhecidos; portanto, o conhecimento de ambos tem de ser ligado de maneira mais precisa. Com isso, a capacidade da filosofia consiste justamente naquilo apontado por Platão, isto é, o conhecimento do uno no múltiplo (Schopenhauer 2005, p. 137).

Eis o ponto: a unidade fornecida pela filosofia era a própria unidade da metafísica, devendo o filósofo se concentrar na busca pela decifração do enigma do mundo. O objetivo da filosofia era desvendar aquilo que estava por trás do véu de Maya, caminhando na intersecção entre o lógico e o ontológico. Um pouco o contrário de Kant, que, na elaboração de seu edifício crítico, redefiniu o “lugar para os temas que a metafísica não era capaz de abordar com todo rigor” e a estipulou como “uma ciência baseada em meros conceitos” (Cardoso 2018, p. 113-114). Isso fez com que, para Kant, a metafísica *per se* fosse uma impossibilidade e, para Schopenhauer, a metafísica fosse possível a partir de uma imanência da Vontade. Apesar de terem partido do ponto em comum em que filosofia era “propedêutica (exercício preparatório), que investiga a faculdade da razão em relação a todos os conhecimentos *a priori*”<sup>9</sup>, a diferença entre Schopenhauer e Kant esteve no fato de esse último considerar a metafísica apenas como “os princípios puros da razão a partir de meros conceitos” (KrV; 605), enquanto o primeiro a considerava como a busca pela significação, mostrando ao indivíduo “a engrenagem anterior do seu ser, de seu agir, de seus movimentos” (Schopenhauer 2005, p. 157).

Ante o papel específico que a filosofia deveria desempenhar diante do intelecto humano, Schopenhauer estabeleceu uma profunda diferenciação entre o que era propriamente um filósofo e o que era o professor de filosofia. Ser filósofo não era a mesma coisa que ser professor de filosofia, pois o primeiro se dedicava à busca pela verdade, enquanto o segundo se dedicava à transmissão de um determinado *corpus* teórico que nem sempre era fundamentalmente verdadeiro, já que a assumiam como apenas como uma profissão. Nesse momento, Schopenhauer afirmou:

<sup>7</sup> Como indicado por Jarlee Oliveira Salviano (2004), ano de publicação de “Parerga e Paralipomena”.

<sup>8</sup> Sobre a querela desenvolvida por Kant em “O Conflito das Faculdades”, Joel Thiago Klein (2012, p. 312, grifos do autor) afirmou que: “A isso também se vincula, mas como motivo secundário, o embate de duas visões morais de mundo contrastantes. De um lado, a presumida faculdade superior de conhecimento, o Direito, de outro, a suposta faculdade inferior, a Filosofia. No ensaio O conflito das faculdades, Kant retoma esse tema que já esteve presente nos textos Teoria e prática e À paz perpétua, qual seja, de que a Filosofia apresentaria uma teoria que não serve para prática. Os juristas e os políticos recusam a teoria filosófica construída no conceito de dever com base na premissa de que a Filosofia apresenta uma teoria que parte do pressuposto de como os homens deveriam ser, enquanto o Direito e os Políticos afirmam que a prática precisa de uma teoria que surja da própria prática, isto é, de uma teoria que se oriente segundo o que os *homens são*”.

<sup>9</sup> Trecho retirado de KrV; 610.

Por isso, é raro que um verdadeiro filósofo tenha sido também docente de filosofia. Que justamente Kant represente uma exceção, já o discuti junto com os fundamentos e consequências do assunto no segundo volume de minha obra capital. De resto, o conhecido destino de Fichte dá uma prova da existência condicional de toda a filosofia universitária, como foi mostrado, mesmo que ele fosse, no fundo, um mero sofista e não um verdadeiro filósofo (Schopenhauer 2023, p. 9).

Para Schopenhauer (2023, p. 6), aqueles que ensinavam filosofia acabavam por colocar a verdade em um “posto secundário”, “pois sua verdadeira seriedade consiste em ganhar com honra um honesto meio de subsistência para si, para sua mulher e para seus filhos, como também gozar de um certo prestígio junto às pessoas”. Em termos kantianos, os professores de filosofia não tinham como preocupação imediata a emancipação do indivíduo, impedindo-os de se desvencilharem do estado de minoridade. Em relação a passagem da minoridade para a maioridade, Gustavo Calovi (2018, p. 64) afirmou que, para Kant, isso se referiria “a saída de um estágio” no qual figurava “a recusa da liberdade e da autonomia de pensar” em direção ao estágio da “coragem de pensar por si mesmo”. O que explicaria o estreito vínculo entre o “Esclarecimento” e a maioridade, pois o *Aufklärung* era o processo mediante o qual os indivíduos abandonavam a inércia intelectual para assumirem o domínio do intelecto<sup>10</sup>.

Poderíamos dizer, portanto, que o professor de filosofia, para Schopenhauer, era, nos termos postos por Kant, aquele que se voltava para o exercício do domínio privado da razão. “Denomino uso privado”, disse WA AA 08; 104, “aquele que o sábio pode fazer de sua razão em um certo cargo público ou função a ele confiado”, comportando-se de “modo exclusivamente passivo para serem conduzidos pelo governo”. Seguindo de perto esse fio interpretativo, Schopenhauer (2023, p. 4) indicou uma certa predominância de postura por parte dos professores de filosofia que se norteava pelo princípio “*improbant secus docentes*”, pois ensinavam “o mesmo que a religião do Estado ensina”. A argumentação de Schopenhauer prosseguiu:

Em primeiro lugar, constatamos que, desde sempre, muitos poucos filósofos foram professores de filosofia, e proporcionalmente ainda menos professores de filosofia, filósofos. Daí se pode dizer que, do mesmo modo que os corpos idielétricos não são condutores de eletricidade, também os filósofos não são professores de filosofia (Schopenhauer 2023, p. 22).

Por fim, concluiu Schopenhauer:

De fato, esse cargo põe mais barreiras que qualquer outro para o que pesa por si próprio. Pois a cátedra de filosofia é de certo modo um confessionário público, onde se faz profissão de fé *coram populo*. Logo, para obtenção efetiva de conhecimentos mais fundamentais ou mesmo mais profundos, ou seja, para se tornar verdadeiramente um sábio, quase nada é tão contrário quanto a coerção constante de parecer sábio, quanto alardear pretensos conhecimentos diante de alunos ávidos em aprender e ter respostas prontas para todas as questões imagináveis (Schopenhauer 2023, p. 22, grifos do autor).

Um ponto bastante curioso da argumentação de Schopenhauer foi a retomada de Platão como modelo de um verdadeiro filósofo em contraposição aos sofistas e a dedicação desses últimos a uma atividade puramente retórica<sup>11</sup>. Platão já tinha demonstrado em seus diálogos como os sofistas se apegaram mais ao prestígio social e à ascensão econômica do que à procura efetiva por aquilo que era verdadeiro. *An et philosophi professorum numero sint*<sup>12</sup>: ao exercerem o ofício filosófico em troca de compensações econômicas, os sofistas reprimiram aquilo que era “verdadeiro, o genuíno e o valoroso”, pois tudo isso lhe seria contrário (Schopenhauer 2023, p. 29)<sup>13</sup>. Já aqueles que, como Platão, perseguiram o conhecimento, acabavam por perceber como a filosofia era uma unidade, não um mecanismo estético voltado para qualquer tipo de convencimento. “A filosofia é um todo”, afirmou Schopenhauer (2023, p. 30), “portanto uma unidade, e está voltada para a verdade”, de modo que sua verdadeira musa era Minerva.

Diante do que aqui foi levantado, dois elementos fundamentais do pensamento de Schopenhauer parecem se sobressair. Inicialmente, podemos identificar uma diferença entre Kant e Schopenhauer naquilo que concernia ao direcionamento da crítica em relação ao que concebiam como verdadeira filosofia: enquanto o primeiro concentrou seus esforços na própria condição do livre exercício do intelecto a partir de seus fundamentos transcendentais, o segundo desencadeou suas críticas em relação ao contexto da filosofia universitária na Alemanha do século XIX. Se Kant estabeleceu os limites e as possibilidades do intelecto, Schopenhauer voltou suas contundentes críticas para aqueles filósofos que, como Hegel, não tinham compreendido a razão em sua forma pura e que usavam da cátedra para promover opiniões que atendessem aos interesses do Estado. Passando agora para o segundo elemento, vemos que a unidade da filosofia em Schopenhauer estava diretamente atrelada à consciência de nossa finitude e ao espanto diante da nulidade de sentido. Schopenhauer (2005, p. 43) aceitou o núcleo da filosofia transcendental kantiana a partir do momento em que assumiu que aquilo que se apresentava ao intelecto o fazia “apenas como representação”,

<sup>10</sup> Acerca do “Esclarecimento” e o desvencelhamento da minoridade, sugerimos o trabalho de Keberson Bresolin (2015).

<sup>11</sup> A influência de Platão no pensamento de Schopenhauer foi muito além de um modelo do verdadeiro filósofo. Ao lado de Kant, Platão foi um dos pontos de partida mobilizados por Schopenhauer para o desenvolvimento de sua própria filosofia. Obviamente que entre ambos existiram diferenças profundas, já que a filosofia schopenhaueriana adquiriu contornos próprios. Para mais detalhes, ver Cardoso (2018) e Salviano (2004).

<sup>12</sup> Afirmação proferida por Schopenhauer (2023, p. 28).

<sup>13</sup> Em relação aos sofistas, Schopenhauer (2023, p. 28) citou o diálogo “Protágoras”, de Platão, para contextualizar a sua discussão em relação a verdadeira filosofia.

pois o conhecimento nada mais era do que uma “asserção da forma de toda experiência possível e imaginável, mais universal que qualquer outra, que tempo, espaço e causalidade”. Dessa forma,

Verdade alguma é, portanto, mais certa, mais independente de todas as outras e menos necessitada de uma prova do que esta: o que existe para o conhecimento, portanto o mundo inteiro é tão-somente objeto em relação ao sujeito, intuição de quem intui, numa palavra, representação (Schopenhauer 2005, p. 43).

A filosofia de Schopenhauer foi transcendental à medida que assumiu que as condições de possibilidade da experiência eram dadas *a priori*, mas se afastou de Kant ao reconhecer que, do outro lado do véu, encontrava-se a coisa-em-si reconhecida por Schopenhauer como Vontade<sup>14</sup>. Era a Vontade a fonte de tantas angústias e sofrimentos, pois se encontrava para além da experiência possível, e ultrapassava as possibilidades do conhecimento em apreendê-la em uma unidade sistemática organizada pela razão. Em convergência com Salviano (2009, p. 107), a Vontade se apresentava de forma objetivada na realidade, não fazendo sentido “as formas de temporalidade e especialidade”, ultrapassando os limites do *rationalis cognoscendi*. Schopenhauer modificou o ângulo da questão posta por Kant, deslocando a atenção da possibilidade de conhecimento possível para a questão do sentido da experiência. Ou seja: desvendar aquilo que se colocava com fundamento da realidade, apurando o que, num primeiro momento, estava escondido pelo véu de Maya, percorrendo os mistérios envoltos na coisa-em-si e concluindo como o em-si era a Vontade. Disse Schopenhauer:

Portanto, também a liberdade não possui causalidade alguma, visto que apenas a Vontade é livre, a qual reside fora da natureza ou fenômenos, que é justamente é apenas sua objetivação, mas não está numa relação de causalidade com ela, relação esta que se encontra em primeiro lugar internamente aos fenômenos (Schopenhauer p. 2005, p. 630).

A causalidade era o único princípio de explicação para aquilo que concernia às leis da natureza, mas não se estendia para a coisa-em-si que era puramente irracional. Isso levou Schopenhauer a pensar que a tarefa da filosofia consistia em determinar o sentido da experiência<sup>15</sup> para além das formas determinadas do conhecimento. Eis o ponto: Kant e Schopenhauer estavam em concordância sobre o papel propedêutico da filosofia em relação à compreensão do processo do conhecimento a partir de uma perspectiva transcendental, mas se afastavam à medida que, para Schopenhauer, a filosofia deveria ir além das formas do intelecto, voltando seu olhar ao que há para o sentido da existência. Em “O Mundo como Vontade e Representação”, encontramos a seguinte passagem:

O autêntico modo de consideração filosófico do mundo, ou seja, aquele que nos ensina a conhecer sua essência íntima e, dessa maneira, nos conduz para além do fenômeno, é exatamente aquele que não o pergunta “de onde”, “para onde”, “por que”, mas sempre e em toda parte pergunta apenas pelo QUÊ [...] (Schopenhauer 2005, p. 357, grifos do autor).

Mais adiante, prosseguiu: “A filosofia, como arte, procede de tal conhecimento. Ora, como veremos neste livro, também é desse conhecimento que procede aquela disposição do espírito, única que conduz à verdadeira santidade e a redenção do mundo (Schopenhauer 2005, p. 357). Talvez aqui possamos encontrar a principal diferença entre o discípulo e o mestre acerca do papel da filosofia: para Kant, a filosofia possibilitava a organização arquetônica do intelecto a partir do conhecimento de seus limites e possibilidades; para Schopenhauer, a filosofia era, ao mesmo tempo, o acesso fenomênico da realidade por meio das relações estabelecidas pelo princípio da razão e a busca pela essência das coisas para além de suas manifestações imediatas. Manifestações essas que eram expressões da objetivação da Vontade. Daqui em diante, pensemos a possibilidade de a filosofia ir para além do véu de Maya. Passemos à próxima seção.

### 3. Para além do véu: a metafísica da Vontade em Schopenhauer

A diferença entre Kant e Schopenhauer em relação ao papel da filosofia estava fundamentada na questão da metafísica. A partir daqui, intencionaremos evidenciar o papel que o movimento especulativo cumpriu a partir do momento que Schopenhauer devolveu a metafísica para o conhecimento filosófico a partir da concepção de Vontade. Tomando como ponto de partida o edifício kantiano, observemos de forma mais atenta o que foi dito por seu intérprete Mário Ariel Gonzáles Porta:

Todavia, para Kant, conhecimento racional puro só é possível como conhecimento analítico. Esse, porém, não é o caso das matemáticas, tampouco da metafísica. A raiz de todo o erro da metafísica radica, segundo Kant, em uma inadequada compreensão das matemáticas (Porta 2023, p. 90).

<sup>14</sup> Além de Schopenhauer, a filosofia de Fichte também dialogou, por muitas vezes de forma crítica, com a concepção de “coisa-em-si” desenvolvida por Kant. Como recordou Maria Lúcia Cacciola (2007, p. 139), Fichte e outros pós-kantianos hipostasiam a “coisa-em-si”, transformando em um “conceito realista e metafísico”. Se Schopenhauer considerou como “calcanhar de Aquiles” da filosofia kantiana “a inferência da coisa-em-si a partir da lei da causalidade”, a recusa de Fichte estava “em admitir a coisa-em-si de Kant” (Cacciola 2007, p. 142).

<sup>15</sup> De acordo com Flamarion Ramos (2018, p. 117, grifos do autor) acerca da tarefa da filosofia em Schopenhauer: “Por um lado, a tarefa da filosofia consistiria somente na interpretação da experiência dada na consciência de si e das outras coisas; por outro, ela deve determinar um sentido ao todo dessa experiência, sentido que não está dado por nenhuma experiência ‘natural’ das coisas, mas que se revela como uma inversão da ordem natural e do procedimento ordinário do conhecimento”.

Em um momento posterior,

Como vimos, as matemáticas não são um conhecimento racional puro, não são um saber analítico, mas sintético a priori. Com isso, a ideia de metafísica como ciência perde sua base. O que as matemáticas fazem é essencialmente diferente do que a metafísica pretende (Porta 2023, p. 91).

Ao colocar a pergunta sobre o que a racionalidade poderia alcançar, Kant promoveu uma radical transformação no papel até então desempenhado pela metafísica. Até 1781, ano de publicação da primeira edição da “Crítica da Razão Pura”, a metafísica era concebida como a grande ciência, responsável por abarcar e compreender os objetos que estavam distantes da apreensão empírica. Questões tidas como fundamentais e que não eram passíveis de serem dimensionadas pela experiência deveriam ser discutidas metafisicamente, já que ela seria a responsável por tratar de tudo aquilo que estruturava a realidade. Basta lembramos do comentário feito por Ernst Cassirer (2021, p. 337) de que a metafísica “torna-se a doutrina do ser”, onde toda pergunta pelo ser “finalmente volta para a questão sobre o homem”. Aqui entraria em cena a metáfora da virada copernicana feita por Kant: ao modificar a relação epistemológica entre sujeito e objeto, e fazendo do sujeito o centro de gravitação do fenômeno, Kant averiguou aquilo que a razão poderia conhecer. Tudo o que conhecíamos dos objetos era determinado pela aplicação das formas puras do entendimento à sensibilidade, sendo o limite da experiência o limite da possibilidade do conhecimento. Aquilo que ultrapassava a experiência incorria, segundo KrV; 297, em paralogismos que eram “simples imitação da forma da razão” e, portanto, incorriam em falsas conclusões. O problema da metafísica estava em sua impossibilidade de partir da sensibilidade, de modo que o seu terreno se encontrava para além de toda experiência possível. De acordo com KrV; 410, “Quando se dizia que a Metafísica era a ciência dos primeiros princípios do conhecimento humano, acentuava-se com isto não um tipo inteiramente especial de conhecimento, mas tão somente uma certa precedência com respeito à generalidade”, de modo que “este conhecimento não podia ser distinguido do campo empírico com clareza e suficiência”. Dito de outra forma: se o sujeito só pode conhecer aquilo que está situado na sensibilidade a partir do condicionamento das formas *a priori* do intelecto, a metafísica estaria situada fora dos limites da razão pura. Concluiu Kant:

Entretanto, na primeira parte da Metafísica, esta dedução da nossa faculdade de conhecer a priori conduz a um estranho resultado aparentemente muito prejudicial ao inteiro fim da mesma e do qual se ocupa sua segunda parte, a saber, que com essa faculdade jamais podemos ultrapassar os limites da experiência possível, o que é justamente o interesse essencial desta ciência (KrV; 14).

Mesmo que a metafísica não fosse possível enquanto um conhecimento verdadeiramente alcançável, o intelecto continuava a problematizar diante das questões ontológicas que se apresentavam ao indivíduo no enfrentamento a sua finitude. Afinal, “a experiência nunca satisfaz totalmente a razão” (KpV AA 05; 145). Essa lacuna deixada por Kant foi considerada uma falha por Schopenhauer, e sua origem poderia ser muito bem localizada no sentido empregado por Kant ao termo metafísica. Em seu ensaio “Crítica da Filosofia Kantiana”, Schopenhauer (1999, p. 127) evidenciou como Kant tomou a metafísica em seu sentido puramente etimológico, valorizando a forma do intelecto em sua condição de elementos lógico-abstratos e projetando “para além” qualquer elemento que não pudesse ser intuitivamente condicionado pelas formas essenciais da racionalidade diante da sensibilidade. Analisando os “Prolegômenos”, Schopenhauer disse:

Com efeito, ao examinar com mais precisão a argumentação acima, será forçoso admitir que sua primeiríssima hipótese fundamental é uma *petitio principii*: ela está na proposição estabelecida com particular clareza nos Prolegômenos: ‘A fonte da metafísica não pode jamais ser empírica e seus princípios e conceitos fundamentais não podem nunca ser tomados da experiência, nem interna, nem externa (Schopenhauer 1999, p. 129, grifos do autor).

Ao inserir a metafísica no mesmo âmbito de qualquer outro conhecimento objetivo, Kant se esqueceu de que ela deveria lidar com o princípio fundamental da realidade e que, portanto, o caminho para a compreensão do enigma da existência não deveria partir das formas do juízo. Para além da questão da arquitetura da razão, a metafísica era constituída por um fundamento especulativo que articulava a consciência interna e externa, inquirindo, para além da dedução de categorias do entendimento, na decifração do sentido da experiência. A possibilidade de desvendar o véu de Maya se localizava na intermediação entre a experiência externa e a interna diante da correta adequação “entre realidade empírica e idealidade transcendental” (Schopenhauer 2005, p. 44). Partindo daí, seria possível compreender como a coisa-em-si era a “Vontade”, um querer incessante e uma força indiferente que pressupõe tudo o que há. Disse Schopenhauer:

Coisa-em-si, entretanto, é apenas a VONTADE. Como tal não é absolutamente representação, mas *toto genere* diferente dela. É a partir daquela que se tem todo objeto, fenômeno, visibilidade, OBJETIVIDADE. Ela é o mais íntimo, o núcleo de cada particular, bem como do todo. Aparece em cada força da natureza que faz efeito cegamente na ação ponderada do ser humano: se ambas diferem, isso concerne tão somente ao grau de aparição, não à essência do que aparece (Schopenhauer 2005, p. 168, grifos do autor).

Por isso a tarefa da filosofia estava tão próxima da arte: ambas procuravam o descobrimento intuitivo da Ideia, ultrapassando o princípio da razão inerente às ciências físico-matemáticas. Caberia à filosofia e à intuição estética liberarem os homens da servidão da Vontade, atuando como um “límpido espelho do mundo” ao demonstrarem a essência da realidade a partir da contemplação (Schopenhauer 2005, p. 218). Se a

filosofia era um conhecimento racional em sua forma pura para Kant, em Schopenhauer o papel fundamental foi deslocado para o desvelar da incomensurabilidade da existência. A filosofia revelaria a consciência sentida:

Daquilo que o *Upanixade* dos vedas já exprimiu repetidas vezes de maneira variada, em especial no dito antes citado: *Hae omnes creaturae in totum ego sum, et praeter me aliud non est*, todas essas criações em sua totalidade são eu, e exterior a mim não existe ser algum. Trata-se de elevação para além do indivíduo, sentimento do sublime (Schopenhauer 2005, p. 168, grifos do autor).

A filosofia era uma atividade que ultrapassava o racional, pois possuía uma força especulativa capaz de contemplar a Vontade enquanto uma condição inteiramente metafísica. Por mais que tenha começado discutindo sobre a questão da causalidade, cuja finalidade era estabelecer distinção entre as representações produzidas pelo intelecto e a Vontade, o princípio da razão se encarregava apenas até certo ponto. Isso porque ela alcançava apenas os estados provisórios dos fenômenos e não ofereceria nada além de explicações descritivas. Schopenhauer fez da filosofia um deslumbramento metafísico diante da insuficiência última de qualquer formulação científica, incapaz de lidar com a angústia diante da ausência de uma finalidade para a existência. A filosofia era o caminho para uma “nova consciência” capaz de compreender os “sofrimentos e tormentos de todo tipo que preenchem a vida” a partir da contemplação que, então, seria capaz de diminuir o sofrimento (Schopenhauer 2005, p. 142). O caminho filosófico era a possibilidade de lidar com a dor a partir de uma fuga subjetiva diante de um querer incessante e incompleto, promovendo um distanciamento dos efeitos objetificantes da Vontade. Segundo Schopenhauer:

No mesmo sentido, todo sofrimento propriamente dito provém da desproporção entre o que por nós é exigido e aquilo que nos é dado. Desproporção esta, entretanto, que manifestamente só se encontra no conhecimento e poderia ser inteiramente eliminada por uma melhor intelecção (Schopenhauer 2005, p. 168).

Parece-nos que, ao inserir a Vontade como o substrato metafísico, Schopenhauer efetuou um duplo giro de implicações consideráveis. O primeiro deles diz respeito ao fato de que, a partir de sua concepção de Vontade, Schopenhauer encontrou um caminho de crítica à miragem dos fenômenos como elementos meramente causais. Seria a Vontade, para recuperar os termos de Clément Rosset (1996, p. 189), uma forma apresentar a realidade para além do “jogo de espelhos no qual o homem moderno terminou por se deixar aprisionar, guardando secretamente inata sua fé numa ciência etiológica completa da natureza”. A veracidade da existência humana estava na sensação de um profundo desconhecimento daquilo que havia por de trás do espelho, território ausente de qualquer tipo de coerência ou lógica explicativa. O desapontamento metafísico estava na constatação da ausência de finalidade do “estar aqui”, sendo a existência uma mera contingência. Em certa passagem de sua obra magna, Schopenhauer evidenciou uma instigante metáfora acerca da pintura. Vejamos a seguir:

Na pintura de gênero e na escultura, o excitante consiste nas suas figuras nuas, cujo posicionamento, semipanejamento [*sic*] e todo o modo de execução são calculados para despertar a lubricidade do espectador, pelo que a pura consideração estética é de imediato suprimida e a obra se posta contra a finalidade da arte. (Schopenhauer 2005, p. 281, grifos do autor).

Ao apreciar uma pintura, o espectador vivenciava a sensação do sublime. O sublime, como definido por Schopenhauer (2005, p. 282), era “o estado do puro conhecer destituído de Vontade”, momento em que o sujeito efetuava a passagem da objetividade para a subjetividade. A filosofia tinha um movimento próximo ao da contemplação estética: a possibilidade de alcançar a Ideia enquanto forma pura do conhecimento independente do princípio da razão. Mais do que a pintura, a atividade filosófica era próxima da sensação despertada pela música:

Se em toda essa exposição da música esforcei-me por tornar claro que ela, numa linguagem altamente universal, num estofo único, a saber, simples tons, expressa com grande precisão e verdade a essência íntima, o Em-si do mundo, o qual, segundo sua exteriorização mais distinta, pensamos sob o conceito de Vontade; se, ademais, conforme minha visão e intento, a filosofia nada é senão a correta e plena repetição e expressão da essência do mundo em conceitos os mais universais, pois somente nestes é possível um panorama amplo e aplicável de toda aquela essência (Schopenhauer 2005, p. 281, grifos do autor).

A filosofia desencadeava um assombro próximo ao das partituras: “*Musica est exercitium metaphysices occultum nescientis se philosophari animi*”, tal como a afirmativa de Leibniz retomada por Schopenhauer (2005, p. 347). A filosofia era a melodia que auxiliava o indivíduo no enfrentamento do absurdo, dando-lhe a possibilidade de contemplar a Vontade a partir de uma percepção subjetiva do querer incondicional. Era pelo conhecimento filosófico e pela percepção estética que o movimento do puramente intuitivo levaria o indivíduo a se elevar diante das formas fixadas pelo princípio da razão. Schopenhauer fez da filosofia um dos caminhos possíveis para lidar com a necessidade metafísica do homem, já que, diferentemente dos outros animais, tínhamos que lidar cotidianamente com a busca pelo sentido da existência.

Raciocínio similar foi desenvolvido por Friedrich Nietzsche (2003, p. 7) em seu escrito “II Consideração Intempestiva”, diante de sua constatação acerca do homem como um animal melancólico devido à persistência da memória. Nietzsche (2003, p. 7, grifos do autor), no que parece ser um claro diálogo com a filosofia schopenhaueriana, afirmou que “o homem diz: ‘eu me lembro’, e inveja o animal que imediatamente



esquece e vê todo instante realmente morrer imerso em névoa e noite e extinguir-se para sempre”. A persistência da memória afligia o homem como animal histórico, que sente “cada vez maior o peso do que passou”, aprisionando-se no tempo pretérito refugiado na memória (Nietzsche 2003, p. 8). “A expressão *foi*”, disse Nietzsche (2003, p. 8, grifos do autor), é a “senha através de qual a luta, o sofrimento e o enfado se aproximam do homem para lembrá-lo o que é no fundo a sua existência — um *imperfectum* que nunca pode ser acabado”. As palavras de Nietzsche ilustram de forma bastante precisa a questão suscitada por Schopenhauer: a metafísica era uma necessidade diante da percepção humana de uma finitude que, ao se inquerir sobre a razão de ser, não encontrariam respostas pelo sentido de estarem aqui. Ao fim e ao cabo, caberia a filosofia a interpretação do enigma de nossa existência a partir da constatação da vida como objetivação da Vontade. Diferentemente de Kant, e de seu arquétipo racional, Schopenhauer propôs uma aproximação entre a filosofia e a contemplação estética.

#### 4. O absurdo da existência: a consolação filosófica do desespero

Clément Rosset (1996) sugeriu ter sido Schopenhauer um filósofo de apenas um único livro. Desde “O Mundo como Vontade e Representação”, a linha mestra de seu pensamento foi construída e seus aspectos fundamentais foram mantidos. Essa linha de continuidade poderia ser descrita de forma sumária como a constatação da Vontade como fonte do de todo sofrimento humano, atuando como “uma espécie de obscuro princípio motor, sem a qual nada do que é seria” (Rosset 1996, p. 195). No caso da filosofia, enquanto ela fosse uma atividade puramente intelectual, seus limites seriam os limites do intelecto que, diante do véu, conheceriam apenas os fenômenos mediante suas representações. A filosofia era alguém além: como uma atividade genuinamente humana, ela levaria a tomada de consciência da necessidade da metafísica e a constatação do absurdo da existência humana. Em um sentido oposto ao de Kant, que tomou a filosofia como o caminho coerente de condução do intelecto, Schopenhauer (2005, p. 567) tomou a filosofia como algo que deveria ir além de formulações de concepções meramente lógico-conceituais. Na parte final de “O Mundo como Vontade e Representação”, Schopenhauer definiu que

Uma diferença essencial entre o método de Kant e aquele que sigo reside no fato de ele parte do conhecimento mediato, refletido, enquanto eu, ao contrário, parto do conhecimento imediato, intuitivo. Kant é comparável a uma pessoa que mede a altura da torre pela sua sombra; eu, porém, assemelho-me a alguém que aplica a mensuração diretamente à torre (Schopenhauer 2005, p. 567, grifos do autor).

“Por isso”, concluiu Schopenhauer (2005, p. 567, grifos do autor), a filosofia para Kant era “uma ciência A PARTIR de conceitos, para mim uma ciência EM conceitos hauridos do conhecimento intuitivo — a única fonte de toda evidência —, apreendidos e fixados em conceitos universais”. A filosofia schopenhaueriana lidava diretamente com a constatação de que a vida não era compreensível em si mesma, mas, na realidade, colocava-se como o problema fundamental diante do espanto da finitude. Registrada sob o rótulo de pessimista, a filosofia de Schopenhauer era a procura pela essência íntima da realidade e um incessante questionamento da fé exagerada no progresso e na racionalidade. Ao contrário de Kant, Schopenhauer não entedia o pensamento filosófico como um caminho trilhado em direção à razão, mas uma elevação em direção ao fundamento metafísico da existência: a Vontade. Apesar de estar em constante diálogo com o pensamento de Kant, a filosofia do Schopenhauer se constituiu como um produto original.

De todo modo, para além da interpelação entre ambos, Kant e Schopenhauer propuseram finalidades distintas para o conhecimento filosófico. O filósofo de Königsberg removeu da filosofia seu caráter apriorístico, procurando atribuir a ela “um critério seguro de avaliação dos fenômenos da natureza” e da “regulação moral” (Azevedo, 2015, p. 196). Nessa virada, Kant deu à filosofia uma nova significação, entendendo-a como atividade mediadora entre o intelecto e as ações humanas. Para Schopenhauer, a filosofia exigia um ir além da esfera da representação para encontrar a essência do mundo no próprio mundo. A filosofia schopenhaueriana procurou encontrar o fundamento último de todas as coisas, sendo a Vontade o princípio existencial e o querer viver que impulsiona as ações do homem e dos demais seres. Por isso Maria Lúcia Cacciola (2017, p. 52) disse que, se para Schopenhauer “o conhecimento não se esgota no âmbito da representação e do princípio do conhecer”, sua crítica a Kant estava no fato deste último ter “se valido da abstração para apresentar um conhecimento objetivo e, ainda mais, para fundamentar uma moral”. O epicentro da crítica de Schopenhauer à filosofia kantiana estava no “esquecimento da experiência como única fonte da metafísica e o engano de se pensar a metafísica como algo para além da física” (Cacciola 2017, p. 51). Ao fim e ao cabo, a compreensão dos pormenores da concepção de filosofia em Kant e Schopenhauer é um caminho para adentrar nas riquezas de suas reflexões e extrair o potencial analítico oferecido por suas obras.

#### 5. Referências bibliográficas

- Azevedo, J. (2015), “Kant entre o Cosmopolitismo Especista e a Filosofia do Conhecimento Subjetivista”, *Revista Ideação*, no. 32, p. 189-218.
- Beckenkamp, J. (2011), “Kant e a Discursividade do Entendimento”, *Analytica: Revista de Filosofia*, vol. 15, no. 1, p. 109-124.
- Bresolin, K. (2015), “Kant e a ideia de Aufklärung”, *Studia Kantiana*, vol. 2, p. 19-36.
- Cacciola, C. (2007), “O ‘eu’ em Fichte e Schopenhauer”, *Dois Pontos* (UFPR), vol. 4, p. 137-152.
- Cacciola, C. (2017), “O tema da Razão em Horkheimer e Schopenhauer”, *Cadernos de Filosofia Alemã*, vol. 22, no. 2, p. 49-61.

- Calovi, G. (2018), *A Aufklärung como Forma de Melhoramento dos Costumes do Gênero Humano em Kant*, Tese (Doutorado em Filosofia), UFSM, Santa Maria.
- Cassirer, E. e Mergulhão, A. R. (2021), "Kant e o problema da metafísica: comentário sobre a interpretação de Kant e Martin Heidegger", *Revista Kant e-Prints*, série 2, vol.16, no. 2: p. 334-362.
- Kant, I. (2021), *O Conflito das Faculdades*, (André Rodrigues Ferreira e Luiz Gonzaga Camargo, Trad.), Editora Vozes, Petrópolis.
- Kant, I. (2015), *Crítica da Razão Pura*, (Fernando Costa Mattos, Trad.), Editora Vozes, Petrópolis.
- Kant, I. (1985), *Resposta à Pergunta: O que é o Esclarecimento?* (Raimundo Vier, Trad.), Editora Vozes, Petrópolis.
- Kant, I. (1983), *Crítica da Razão Pura*. (Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão, Trad.), Editora Gulbenkian, Portugal (Lisboa).
- Klein, J. T. (2012), *Kant e a Ideia de uma História Universal nos Limites da Razão*. Tese (Doutorado em Filosofia), UFSC, Florianópolis.
- Klein, J. T.; Perin, A. (2009), "O conceito de filosofia em Kant". *Analytica: Revista de Filosofia*, vol. 13, p. 165-196.
- Lebrun, G (1993), *Kant e o fim da metafísica*. Martins Fontes, São Paulo.
- Nietzsche, F. (2003), *Segunda Consideração Intempestiva: Da utilidade e desvantagem da história para a vida*, Relume Dumará, Rio de Janeiro.
- Porta, M. A. G. (2023), *O Pensamento de Immanuel Kant*. Editora Monergismo, Brasília (DF).
- Ramos, F. C. (2018), "Filosofia transcendental e metafísica da vontade: a crítica de Schopenhauer ao conceito kantiano de metafísica", *Revista de Filosofia Aurora*, vol. 30, p. 111-130.
- Rosset, C. (1996), "Schopenhauer, Filósofo do Absurdo", (Maria Marta Guerra Hussein, Trad.), *Princípios: Revista de Filosofia* (UFRN), vol. 3, no. 4, p. 178-211.
- Salviano, J. O. (2009), "O fundamento epistemológico da metafísica da Vontade de Arthur Schopenhauer", *TRANS/FORMAÇÃO: Revista de Filosofia da Unesp*, vol. 32, no. 2, p. 101-118.
- Salviano, J. O. (2004), "Schopenhauer, Nietzsche e a crítica da filosofia universitária", *Cadernos Nietzsche*, n. 16.
- Schopenhauer, A. (2005), *O Mundo como Vontade e Representação*, (Jair Barboza, Trad.), Editora UNESP, São Paulo.
- Schopenhauer, A. (2023), *Sobre a Filosofia Universitária*, (Maria Lúcia Cacciola e Márcio Suzuki, Trad.), Editora Martins Fontes, São Paulo.
- Schopenhauer, A. (1999), *Crítica da Filosofia Kantiana*. (Maria Lúcia Cacciola, Trad.), Editora UNESP, São Paulo.